



**6º Encontro Internacional de Política Social**  
**13º Encontro Nacional de Política Social**  
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl  
Marx para pensar a crise do capitalismo  
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

---

Eixo: Política Social e estratégias de desenvolvimento.

**SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO E SUBIMPERIALISMO:  
A CONTRIBUIÇÃO ANALÍTICA DE RUY MAURO MARINI**

**Pedro Henrique Evangelista Duarte<sup>1</sup>**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo retomar duas importantes categorias formuladas por Ruy Mauro Marini – a superexploração da força de trabalho e o subimperialismo – e suas respectivas articulações na compreensão das especificidades do desenvolvimento capitalista nos países periféricos e dependentes latino-americanos, a partir da forma particular que assumem historicamente na divisão internacional do trabalho. Será considerado como as categorias formuladas por ele são centrais na compreensão dos elementos que permitiriam o equacionamento dos entraves políticos, econômicos e sociais da América Latina, organizados e pensados pelos grupos de esquerda e possíveis somente a partir da própria superação do modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Teoria Marxista da Dependência; Capitalismo dependente; Capitalismo periférico; Superexploração da força de trabalho; Subimperialismo.

**Abstract:** The aim of this paper is to discuss two important categories formulated by Ruy Mauro Marini – workforce superexploitation and subimperialism – and its respective articulation in the understanding of the specificities of capitalist development in the peripheral and dependent Latin American countries, considering their role in the international division of labor. We will consider how those categories are central to understand the elements that would allow the resolution of political, economic and social issues of Latin America, organized and thought by the leftist groups and possible only from the very overcoming of the capitalist mode of production.

**Keywords:** Marxist Dependency Theory; Dependent capitalism; Peripheral capitalism; Workforce superexploitation; Subimperialism.

## **Introdução**

Ruy Mauro Marini (1932-1997) foi um intelectual brasileiro, tendo composto um dos mais importantes grupos teóricos da década de 1960 – formado por Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos, André Gunder Frank e outros – que se dedicou à formulação de uma nova interpretação a respeito das especificidades do desenvolvimento capitalista na América Latina, a qual se distanciava das teses clássicas do desenvolvimento, vinculadas à interpretações que buscavam adequar, ao capitalismo da região, os padrões observados nos países centrais. A dedicação desse grupo de intelectuais na tentativa de propor uma

---

<sup>1</sup> Professor adjunto do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia (IERI-UFU). E-mail: <pheduarte@ufu.br>. O autor está de acordo com a divulgação do trabalho pela organização do evento.

interpretação ao capitalismo latino-americano tinha o objetivo de construir fundamentos teóricos para a prática política da esquerda, a qual permitisse a compreensão dos processos econômicos, sociais e políticos que resultavam na conformação de uma estrutura fundamentada no desenvolvimento econômico com base na consolidação das relações de dependência. As teses elaboradas por esse grupo resultou na criação da Teoria Marxista da Dependência (TMD), como parte dos estudos mais gerais a respeito da dependência dos países latino-americanos.

Tendo como fundamento a teoria do valor e as categorias elaboradas por Karl Marx para explicar o sistema capitalista de produção, os autores vinculados à TMD percebiam o subdesenvolvimento como uma forma própria e específica de capitalismo, resultado da estrutura e da expansão do capitalismo a nível internacional e, portanto, fruto da difusão do capital imperialista e da função ocupada pelos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho. Em sendo, então, uma forma própria de capitalismo, dotado de especificidades e particularidades, a superação da condição dependente e periférica não poderia se dar nos marcos do sistema capitalista, de modo que a crítica à condição dependente passaria pela crítica ao sistema capitalista, fator que justifica a centralidade da luta política na TMD e, mais especificamente, na obra de Marini.

Efetivamente, é somente com sua obra político-teórica *Dialética da Dependência* que se conforma o que se convencionou chamar de TMD. O ponto de partida do autor na composição dessa nova vertente teórica é a noção de que, frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresentava certas peculiaridades que impediam que o capitalismo na região se desenvolvesse tal como verificado nas economias centrais. Por isso, ressalta que a compreensão do desenvolvimento capitalista latino-americano, e sua especificidade periférica, só ganhavam sentido se investigados tanto a nível das relações política, econômica e social nacionais quanto internacionais.

Nesses termos, o objeto de estudo da Teoria Marxista da Dependência seria a compreensão do processo de formação sócio econômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. Dentro desse processo, se observa uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda – tanto na forma de lucros como na forma de juros, dividendos e *royalties* – dos segundos para os primeiros. Ou seja, essa relação seria desigual em sua

essência porque o avanço econômico e social de determinadas regiões ocorreria à custa da manutenção das relações de subordinação dos países capitalistas periféricos.

Para adentrar de maneira mais detalhada na contribuição elaborada por Ruy Marini acerca do debate teórico e político na América Latina, o presente texto irá tratar das duas categorias centrais formuladas pelo autor em sua versão da TMD: a *superexploração da força de trabalho* e o *subimperialismo*. Com isso, pretende-se avançar para a compreensão da articulação dessas categorias no entendimento histórico das especificidades do capitalismo periférico e dependente, e como as mesmas se apresentam como importante instrumental teórico para o diagnóstico dos gargalos econômico, político e social da América Latina.

## **1. Fundamentação teórico-histórica das categorias**

A fundamentação teórica das categorias superexploração da força de trabalho e subimperialismo se relaciona de forma estreita à compreensão que o autor tinha da forma através da qual se consolidou o sistema capitalista de produção nas regiões periféricas. Ao contrário do que conclamavam as teorias clássicas do desenvolvimento, Marini não estabelecia uma visão positiva acerca do desenvolvimento capitalista, mas ao contrário, via neste a reunião de elementos e mecanismos que, nos limites das relações econômicas internacionais, promovia o desenvolvimento de certas regiões, e concomitantemente e de forma extremamente imbricada, o subdesenvolvimento e a dependência em outras. É por isso que compreender as categorias supracitadas perpassa, necessariamente, pelo entendimento da expansão da economia capitalista a nível internacional, do tipo de capitalismo que se desenvolveu nas economias dependentes e periféricas e pela consolidação das relações centro-periferia a partir da difusão do imperialismo como nova fase do sistema capitalista de produção.

Se as teses clássicas consideravam que o processo de industrialização, através da transição da indústria leve para a indústria de base, permitiria o equacionamento dos problemas estruturais da região, permitindo-a alcançar o “desenvolvimento” econômico, a industrialização via de substituição de importações acabou por agudizar ainda mais algumas das contradições já presentes na região. Como apontado por Santos (1978, p. 294-298), a forma da industrialização periférica se manifestou em quatro principais resultados: 1) a combinação entre a substituição de importações a deterioração das divisas

provocou um aumento da dependência do comércio exterior, dado que a partir de então necessitava-se adquirir máquinas e equipamentos essenciais para a manutenção da indústria, produzidos pelos países centrais; 2) parte fundamental da industrialização foi concretizada através da ação e controle do capital estrangeiro sobre setores estratégicos da indústria, destruindo as possibilidades de um desenvolvimento nacional independente; 3) o incremento da população marginal nos centros urbanos, sem uma adequada estrutura de absorção da mão de obra nas atividades urbanas, impediu a difusão de um mercado consumidor de massa; e 4) não se produziu uma sociedade plenamente democrática, com a reprodução, nas cidades, dos mesmos esquemas políticos do período primário-exportador, a partir da associação entre as oligarquias agrárias e a burguesia industrial.

Assim, os próprios fatores históricos mostraram que a industrialização, de fato, não seria o caminho viável para a superação da condição dependente. É a luz desses apontamentos que as categorias elaboradas por Marini devem ser analisadas.

### **1.1 A categoria superexploração da força de trabalho**

Marini busca na expansão comercial do capitalismo nascente no século XVI, nos processos de independência política dos países latino-americanos na primeira metade do século XIX, e na forma como as relações econômicas e políticas desses países se estruturam em estreita consonância com a dinâmica do sistema capitalista a nível mundial, a configuração da situação de dependência, que viria a determinar todo o posterior desenvolvimento da região, definida a partir da divisão internacional do trabalho.

A estrutura produtiva dos países latino-americanos e suas relações comerciais com os países capitalistas centrais – fundamentada na exportação de produtos primários, importações de bens manufaturados, e na deterioração dos termos de intercâmbio – se converteu numa espiral de endividamento, onde os déficits no balanço de pagamentos eram sucessivamente cobertos com empréstimos externos. Dessa estrutura se estabelece a transferência de renda – fosse do ponto de vista comercial, a partir da compra e venda de bens com diferentes composições de valor, fosse do ponto de vista financeiro, a partir do escalonamento do processo de endividamento –, fator determinante no curso do desenvolvimento posterior da região, em especial por impor mecanismos nos quais o mais valor gerado nos países periféricos era acumulado nos países centrais. Seria em

decorrência desses aspectos que se estabelece a relação de dependência, entendida por Marini como

(...) uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. (MARINI, 2000a, p. 109).

Assim que a forma pela qual a América Latina se insere no comércio internacional acaba por se firmar como elemento fundamental no desenvolvimento industrial dos países centrais. A especialização pela qual os países centrais necessitaram passar, em seu processo de industrialização, pressupunha, de um lado, o bloqueio da produção agrícola, como forma de canalizar seus recursos e esforços para a nascente indústria, e de outro, encontrar meios de ter acesso aos bens primários, sem os quais dito processo não teria formas concretas de se desdobrar. Movimento este que levou ao aprofundamento não só da divisão do trabalho, mas também da especialização dos países centrais como produtores mundiais de manufaturas. De modo que, mais do que responder às necessidades físicas induzidas pela acumulação nos países industriais, “(...) a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à da mais-valia relativa (...)” (Ibidem, p. 112-113).

A generalização, nos países industrializados, do deslocamento do eixo de acumulação do mais valor absoluto para o mais valor relativo, requeria a modificação da relação entre o tempo de trabalho necessário e o tempo de trabalho excedente, o que parte, fundamentalmente, da redução do valor da força de trabalho. Como o valor da força de trabalho é determinado pelo valor da cesta de consumo necessária à garantia de suas condições médias de reprodução, o elemento primordial da redução do valor da força de trabalho seria a própria redução do valor dos bens componentes desta cesta de consumo – aqueles produzidos pelas economias periféricas. Se, por essa via, havia um claro movimento de redução dos preços dos produtos primários, o mesmo não poderia ser dito em relação aos bens manufaturados, que mantinham seus preços estáveis ou, no limite, o reduziam lentamente. Ao estabelecer uma troca entre produtos que tem seus preços reduzidos gradativamente e outros que mantêm seus preços estáveis, delimitava-se o intercâmbio desigual que, ao ser reflexo da própria depreciação dos preços dos bens primários, conduzia à intensificação da deterioração dos termos de troca.

O resultado do intercâmbio desigual seria a transferência de renda entre as diferentes esferas produtivas e/ou países, de modo que os valores gerados nas esferas dependentes fossem transferidos e acumulados nas esferas detentoras de tecnologias e monopólios. Disso conclui Marini que

[frente] a esses mecanismos de transferência de valor, (...) podemos identificar – sempre ao nível das relações internacionais de mercado – um mecanismo de compensação. Trata-se do recurso ao incremento de valor intercambiado, por parte da nação desfavorecida: sem impedir a transferência operada pelos mecanismos já descritos, isto permite neutralizá-la total ou parcialmente mediante o aumento do valor realizado. (...) O que importa observar é que, para incrementar a massa de valor produzida, o capitalista deve necessariamente lançar mão de uma maior exploração do trabalho, seja através do aumento de sua intensidade, seja mediante a prolongação da jornada de trabalho, seja finalmente combinando os dois procedimentos (Ibidem, p. 121-122)

A transferência de valor, decorrente do intercâmbio desigual, nada mais seria, então, que a transferência do mais valor gerada nos países dependentes e periféricos aos países centrais. E a compensação dessa transferência não poderia se dar por meio da ampliação da produtividade, fosse porque a ampliação da produtividade, por si só, não garante o aumento da cota de mais valor, fosse porque as nações periféricas não conseguiriam desenvolver uma base técnica que desse condições suficientes para que a ampliação do mais valor ocorresse mediante o aumento da produtividade. E, por fim, como os setores de composição orgânica do capital mais elevados estão presentes nos países centrais, enquanto que os países periféricos possuem setores produtivos com composição orgânica do capital inferior, o comércio entre estas nações seria sempre um comércio de produtos com diferente incorporação de tecnologias e que, portanto, tende a perpetuar os mecanismos de transferência de valor. Assim, somente o aumento dos graus de exploração do trabalho poderia permitir aos países periféricos a ampliação do mais valor em graus suficientes para compensar dita transferência.

Seriam três os principais mecanismos através dos quais as nações periféricas conseguiriam ampliar o mais valor como forma de efetivar o processo de acumulação capitalista. O primeiro seria o aumento da intensidade do trabalho, através do qual o trabalhador passa a produzir, em uma mesma jornada de trabalho, uma quantidade de bens superior ao que produzia nas condições anteriores. O segundo seria a prolongação da jornada de trabalho, que trata-se da extensão do tempo de trabalho, de forma a acrescentar o tempo de trabalho excedente em relação ao tempo de trabalho necessário –

ou seja, amplia-se o período de produção dedicado à consecução de valor não apropriado pelo trabalhador. O terceiro se trata da apropriação de parte do fundo de consumo do trabalhador, com o que se reduz o fundo necessário para o trabalhador garantir sua subsistência, em favor da ampliação do fundo de acumulação do capital.

Esses mecanismos alienam ao trabalhador as condições mínimas para garantir sua subsistência. No primeiro e no segundo caso, porque a ele é imposto um ritmo de trabalho superior ao normal, fazendo com que ocorra um maior dispêndio de energia que, conseqüentemente, intensifica seu processo de desgaste e esgotamento. No terceiro caso, porque dele é retirado o mínimo necessário para que tenha condições que garantir sua subsistência e reprodução. Assim, na medida em que esses mecanismos se baseiam no uso intensivo e extensivo da força de trabalho, fundamenta-se um modo de produção estruturado na maior exploração do trabalhador, e não no aumento de sua capacidade produtiva. É a isso que Marini chama de superexploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho se codifica, dessa forma, como uma categoria própria da reprodução do capital nas economias dependentes, nos marcos das relações de troca no comércio internacional. Não se trata, simplesmente, de uma ampliação dos mecanismos que permitem um aumento da quantidade de bens produzidos, mas sim da intensificação dos mecanismos que, ao modificar a relação entre o tempo de trabalho necessário e tempo de trabalho excedente, permitem uma maior extração de mais valor, em um contexto de transferência de renda no sentido periferia-centro. Em outros termos, a superexploração da força de trabalho seria categoria central no processo de desenvolvimento capitalista das economias periféricas e dependentes, marcadas estruturalmente pelo processo de transferência de valor, sendo, portanto, a conformação do conjunto de mecanismos que permitem a continuidade do processo de reprodução do capital nas mesmas, a partir do pagamento ao trabalhador abaixo do valor de sua força de trabalho.

Ainda que a consolidação da condição dependente fosse aspecto da estrutura econômica e social das nações latino-americanas, os efeitos da superexploração da força de trabalho não obstaculizaram a industrialização da região, elemento primordial do próprio movimento de reprodução do capital em escala mundial. A compreensão da transição do eixo de acumulação dos países latino-americanos para a indústria, uma vez tendo como base a restrição externa e o processo de substituição de importações, requer atenção não propriamente do desenvolvimento da indústria em si, mas das bases sobre a

qual ela se consolidou, uma vez sendo estes elementos centrais para a compreensão da forma de articulação da região ao movimento de expansão do capital imperialista.

Formalmente, nos países periféricos a indústria se instala voltada ao atendimento de uma estrutura de demanda já existente, consumidora de bens suntuários, atendida anteriormente por importações. Uma indústria, portanto, que se desenvolve sem um mercado interno suficiente para lhe dar sustentação, impulsionada pelas crises do mercado internacional, e com uma frágil estrutura e pouca capacidade de expansão. Apesar desses entraves, a indústria não só se ergueu sobre bases que necessitavam de uma estrutura de distribuição de renda desigual, mas possuía mecanismos eficientes para rebaixar os salários dos trabalhadores a favor dos ganhos capitalistas. Isto porque, do ponto de vista da produção, se aproveitava do excedente de força de trabalho criado pelo setor exportador para criar uma pressão baixista sobre os salários. Da perspectiva da realização, atendia a uma demanda composta por classes de elevada renda, para quem ofereciam produtos sobre os quais possuíam o monopólio da produção. A conjugação de uma produção monopolista e de baixos custos de produção e salários resultava em uma desigual distribuição de renda, que garantia os elevados lucros e a sobrevivência da indústria. E, mais do que isso, erigia um novo eixo de acumulação que, assim como o anterior, era fundado na ampliação da superexploração da força de trabalho.

Segundo Marini (2000a, p. 144-145), o que ocorre, a partir da industrialização dos países periféricos, é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial baseada na redefinição da divisão internacional do trabalho. Nessa nova divisão, reserva-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas da produção industrial, com monopólio das tecnologias correspondentes, ao passo que transfere-se para os países dependentes etapas inferiores da produção industrial, tornando-os capazes de incorporar não apenas os produtos das indústrias pesadas dos países centrais, mas também as tecnologias já obsoletas antes de se completar o prazo de reposição do capital fixo anteriormente aplicado.

No entanto, se por um lado o processo de industrialização dos países dependentes contribuiu para o equacionamento dos possíveis entraves à acumulação de capital nos países centrais, de outro lado a absorção de progresso técnico em condições de superexploração da força de trabalho cria obstáculos ao ciclo do capital na economia dependente. Ao limitar a capacidade de consumo da classe trabalhadora, não estendendo a esta classe a criação de demanda para bens suntuários, a economia dependente acarreta

em inevitável restrição do mercado interno, incremento do exército de reserva e restrição aos capitalistas, camadas médias e altas, a realização de mercadorias de luxo. As contradições e limites dessa estrutura, ao refletirem sobre a capacidade de geração de mais valor, irão impor a esses países a necessidade de expandir seu mercado para o exterior. *A exportação de manufaturas tanto de bens essenciais como de produtos suntuários se converte então na tábua de salvação de uma economia incapaz de superar os fatores desarticuladores que a afetam* (Ibidem, p. 150). Será, nesses termos, reorganizado o modelo da economia exportadora, seja através dos projetos de integração econômica regional, seja pelo desenho de políticas agressivas de competição internacional. Assim é que se formará, nas economias dependentes, o fenômeno do subimperialismo.

## **2. A categoria subimperialismo**

O desenvolvimento capitalista nas economias dependentes se deu ancorado num duplo processo: de um lado, a transferência de renda periferia-centro, condicionada pela estrutura da divisão internacional do trabalho e pela posição ocupada pelas economias dependentes; de outro lado, pelos mecanismos da superexploração da força de trabalho, dos quais os capitalistas dos países dependentes lançam mão no intuito de compensar o mais valor transferido ao centro e, assim, permitir a continuidade do processo de reprodução interna do capital. Assim que a superexploração da força de trabalho se estabelece como categoria específica e estrutural do desenvolvimento capitalista das economias dependentes, sendo portanto mecanismo primordial para a reprodução e acumulação do capital a nível internacional.

Apesar dos limites criados por um capitalismo que se consolida com a intensificação da marginalização da força de trabalho, a superexploração da força de trabalho não representou entrave ao desdobramento da industrialização nas economias dependentes. A industrialização dos países dependentes se firmou como aspecto de uma nova etapa do desenvolvimento do capital imperialista a nível internacional, formatando uma nova hierarquia na divisão internacional do trabalho. A industrialização do capitalismo periférico é, assim, estruturalmente dependente da dinâmica dos países centrais, parte componente de uma nova etapa do avanço do imperialismo e baseada numa lógica convergente de marginalização das condições da força de trabalho e restrições ao

mercado interno. São esses, em síntese, os elementos dos quais partem a formulação da categoria subimperialismo.

O entendimento da categoria, no entanto, requer a análise de alguns aspectos estratégicos da política externa brasileira a partir da década de 1950, que se apresentam como fundamentos históricos de sua formulação, porque baseados numa nova etapa do desenvolvimento capitalista no país. Com a implantação do parque industrial brasileiro, o aumento das exportações passou a ser visto como mecanismo para dar continuidade ao processo de desenvolvimento, por meio da implantação de um modelo de substituição de exportações, complementar à anterior substituição de importações. Esse novo modelo concedeu ao comércio exterior o papel de promover maior arrecadação das exportações por meio de uma política de promoção dos manufaturados brasileiros no exterior, via flexibilização do câmbio e maior inserção, na pauta de exportação brasileira, de produtos de maior conteúdo tecnológico. De acordo com Silva (2003), esse modelo converteu-se no eixo fundamental do vínculo do comércio exterior, fosse do ponto de vista técnico – a partir de reformulações nas esferas monetária e cambial e na legislação do mercado de capitais e tributária – ou do ponto de vista diplomático – a partir da recuperação de uma política universalista de comércio exterior, em especial com a aproximação aos países periféricos.

Fato é que a industrialização do Brasil avançou a ponto que o país conseguiu ser uma das primeiras economias subdesenvolvidas a realizar a transição de um aparato industrial baseado no protecionismo concedido às atividades voltadas para o atendimento do mercado interno, para uma fase de abertura crescente para o exterior com a promoção de exportações não-tradicionais e progressiva liberalização. Porém, a nova estratégia de comércio exterior requeria um reenquadramento das relações políticas do Brasil com outras regiões. E é com a chegada dos militares ao poder, e a defesa das políticas de interdependência com os EUA e barganha legal, a qual envolvia garantir ao Brasil o controle estratégico da segurança da América do Sul, ratificando-o como principal satélite americano na região (MOTA FILHO, 2017), que estavam construídas as bases históricas do subimperialismo.

Definimos, em outra oportunidade, o subimperialismo como a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro. O subimperialismo implica dois componentes básicos: por um lado, uma composição orgânica média na escala mundial dos aparatos produtivos nacionais e, por outro lado, o exercício

de uma política expansionista relativamente autônoma, que não apenas é acompanhada de uma maior integração ao sistema produtivo imperialista, senão que se mantém no marco da hegemonia exercida pelo imperialismo à escala internacional. Estabelecido nesses termos, parece-nos que, independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma categoria subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza (MARINI, 2012a, p. 33).

O subimperialismo ganha feição quando da efetivação do processo de industrialização dos países periféricos, que se consolida a partir da integração imperialista da economia mundial. Do ponto de vista interno, o processo de industrialização via substituição de importações representou uma relativa superação das restrições impostas pelo setor externo, resultando na diversificação produtiva, na dinamização do setor produtor de bens de consumo não duráveis, mas também no enquadramento das mais avançadas economias latino-americanas à nova lógica da economia internacional, marcada pelo surgimento de novas regiões produtoras e de reorganização da divisão internacional do trabalho. A organização do setor produtor de bens manufaturados na América Latina, beneficiado pelas restrições do setor exportador e pela canalização do excedente produtivo deste setor para investimentos na indústria via sistema bancário, significou, para além do atendimento da demanda interna pela produção nacional, em um pacto mútuo entre a burguesia agrário-mercantil e a burguesia industrial ascendente, cuja relação foi moldada através do estabelecimento de um Estado de compromisso.

Nessa nova arquitetura da divisão internacional do trabalho, são transferidas aos países periféricos etapas inferiores do processo de produção, reservando as etapas mais avançadas e o controle da tecnologia e inovação correspondente aos centros imperialistas, reforçando, a cada avanço da indústria latino-americana, sua dependência econômica e tecnológica frente aos centros imperialistas. De tal maneira que tanto os projetos de integração regional quanto o avanço das ditaduras militares na região serviam de mecanismos para que a integração imperialistas dos países centrais fosse levada ao auge na América Latina.

Mas esse não seria o único efeito possível do novo esquema de divisão internacional do trabalho. Considerando particularmente as relações econômicas estabelecidas na região latino-americana, poderia-se constituir entre estas nações níveis ou hierarquias segundo os ramos de produção que se desenvolveram, ficando concentrado em determinados países o monopólio da produção de bens industriais, enquanto a outros

seria relegado o papel de mercado consumidor para esses produtos. Internaliza-se, assim, nas relações econômicas intra-regionais, as mesmas estruturas produtivas e do comércio internacional, operando na própria periferia do sistema as relações de dependência, subordinação e exploração vigentes na relação centro-periferia. Tão mais avança o processo de integração imperialista dos sistemas de produção na América Latina e mais concretada se torna a repressão aos movimentos revolucionários, tão melhores as condições de perpetuação do imperialismo para prolongar sua existência. Esses novos arranjos resultarão, segundo Marini, na formação de centros subimperialistas, associados à metrópole, para explorar os povos vizinhos.

Como quer que seja, a expansão e a aceleração tanto da circulação do capital produtivo como da circulação do capital dinheiro foram configurando uma nova economia mundial capitalista, que repousa sobre um esquema de divisão internacional do trabalho distinto daquele vigente antes da crise mundial (...). Já se foi o tempo do modelo simples centro-periferia, caracterizado pelo intercâmbio de manufaturas por alimentos e matérias-primas. Encontramo-nos diante de uma realidade econômica na qual a indústria assume um papel cada vez mais decisivo. (...) O resultado tem sido um reescalonamento, uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal e, por conseguinte, o surgimento de centros medianos de acumulação - que são também potências capitalistas medianas -, o que nos têm levado a falar da emergência de um subimperialismo. (MARINI, 2012a, p. 43).

Ocorria então que, no interior das economias periféricas, se constituiriam centros medianos de acumulação, como resultado do processo de diversificação e concentração da indústria manufatureira em escala mundial, o que seria possível a partir da articulação de algumas nações ao movimento mais geral de expansão do imperialismo. Assim, a articulação econômica e política de países periféricos aos países centrais, a partir do estreitamento entre o capital externo e a burguesia nacional e da internacionalização da indústria manufatureira a partir de sua instalação nesses países, permitiu a emergência de centros produtivos mais dinâmicos na América Latina – exatamente aqueles denominados por Marini como centros medianos de acumulação (AMARAL, 2012).

No entanto, a penetração do capital estrangeiro nas economias latino-americanas não se dá sem contradições, na medida em os processos de cooperação e integração do capital imperialista às economias nacionais resulta em contradições tanto do ponto de vista interno – a partir do acirramento do conflito de classes, seja entre grupos industriais e latifundiários exportadores, entre indústria e agricultura para o mercado interno, ou entre os grandes proprietários rurais e o campesinato – quanto externo – quando o

crescimento do setor industrial interno e sua dinamização se choca com os próprios interesses do capital externo, do domínio crescente do mercado interno e exportação de lucros. Assim, é a partir da cooperação antagônica<sup>2</sup> que se firma a integração entre o capital imperialistas e o centros médios de acumulação, e tal é a relação histórica estabelecida entre o capital estadunidense e a economia brasileira, em especial a partir do Plano de Metas, quando ganha impulso o processo de consolidação da indústria no Brasil. No entanto, o esgotamento do da expansão industrial no Brasil, no início dos anos 1960, demarcada pela diminuição da renda interna, pela queda do preço e do volume das exportações, pela grande exportação de lucros, pela crise cambial e aceleração da inflação, mas também pelo acirramento dos conflitos entre os interesses da burguesia interna e do capital externo, colocaram a necessidade de um novo arranjo geopolítico no processo de integração imperialistas, o que seria levado a cabo com o golpe militar de 1964.

Se o avanço da industrialização era capaz de permitir o avanço da economia nacional, ela não se daria sem a ocorrência de problemas. Em sendo um país com forte crescimento demográfico – que lança milhares de trabalhadores no mercado de trabalho -, a implementação de tecnologia poupadora de mão de obra criaria não apenas gargalos para a absorção da massa de trabalhadores, mas também para a expansão do mercado interno em nível capaz de absorver o aumento da produtividade. Não restaria ao Brasil, assim, outra solução que não a tentativa de expansão para o mercado externo, que garantisse uma reserva externa de mercado para sua produção. A expansão imperialista do Brasil na América Latina, que segundo Marini corresponde ao subimperialismo, seria então a solução que, de um lado, consolidaria a nova fase de expansão industrial do Brasil, e de outro, conformaria o processo de expansão imperialista, especificamente dos EUA, sobre e América Latina.

## **2. Considerações finais**

---

<sup>2</sup> De acordo com Souza (2017, p. 494), a categoria cooperação antagônica é usada por Marini para explicitar o pacto contraditório entre as burguesias nacionais no Brasil e as imperialistas, a qual expõe as contradições que, de modo geral, apontariam para a própria negação de tal integração. A exportação de capitais e de tecnologia em direção às nações dependentes, fruto da cooperação entre estes e os países imperialistas, impulsionaria o desenvolvimento de seu setor industrial, fazendo emergir situações de conflito (os antagonismos) tanto no plano interno (o acirramento das contradições sociais) e externo (divergência nos interesses econômicos das economias dominante e dependente).

As categorias superexploração da força de trabalho e subimperialismo, formuladas por Ruy Marini no âmbito da Teoria Marxista da Dependência, são fundamentais para a compressão das especificidades e particularidades do capitalismo dependente e periférico, a partir de uma interpretação descolada das teses clássicas desenvolvimentistas e que, nesses aspectos, fornecem uma nova percepção acerca dos processos econômicos, políticos e sociais dos países latino-americanos. Permitem, nesses aspectos, a partir de uma avaliação fundamentada na teoria marxista do valor, a percepção da importância dos aspectos históricos na estruturação das economias periféricas e dependentes, a partir de sua articulação ao movimento do capital internacional e à posição ocupada pelos países da região na divisão internacional do trabalho – e como tais aspectos definem a estrutura de suas economias, de suas relações políticas e de seu substrato social.

Para além desses aspectos, as categorias elaboradas por Marini compõem um campo mais amplo de análise, uma vez que voltadas para a crítica ao sistema capitalista. Não por acaso, ganha importância central nas teses de Marini os movimentos políticos de esquerda que emergem no Brasil, principalmente, a partir da década de 1960, e a importância desses movimentos para a construção da revolução brasileira e latino-americana – efetivamente, o único caminho viável para a superação da condição dependente e periférica. Por essa razão que, mais que uma análise econômica, a TMD está voltada para a análise das relações concretas, da prática política e da organização social em prol da construção das reais possibilidades de modificação estrutural das economias latino-americanas.

Servem as categorias, nesse sentido, como elementos propícios à compreensão da realidade latino-americana, ao entendimento da classe trabalhadora como classe permanentemente (super)explorada, à lógica da reprodução do capitalismo dependente em prol do atendimento dos interesses do capital imperialistas, e as possíveis saídas para a construção de uma sociedade independente, democrática e igualitária.

## Referências

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. Tese (Doutorado)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), São Paulo, 2012.

AMARAL, M. S. A.; DUARTE, P. H. E. D. A superexploração da força de trabalho como lei de movimento própria do capitalismo dependente: (des)construções a partir da lei do valor. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE TEORIA DO VALOR

TRABALHO E CIÊNCIAS SOCIAIS, 2., 2014, Brasília. **Anais...** Brasília: Grupo de Estudos e Pesquisa sobre o Trabalho, Universidade de Brasília, 2014.

BAMBIRRA, V. **Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2013.

FRANK, A. G. **América Latina: subdesarrollo o revolución**. México: Ediciones Era, 1980. (Coleção elhombre e sutiempo).

MARINI, R. M. A acumulação capitalista mundial e o subimperialismo. **Revista Outubro**, n. 20, p. 27-70, 1º semestre 2012a (tradução de Maíra Machado Bichir e Fábio Pádua dos Santos).

\_\_\_\_\_. **América Latina: Dependência e integração**. São Paulo: Página Aberta, 1992.

\_\_\_\_\_. Dialética da dependência. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petrópolis: Vozes; CLACSO; Laboratório de Políticas Públicas: 2000a. (Coleção A Outra Margem). p. 105-165.

\_\_\_\_\_. **Memoria**. Extraído de <<http://www.marini-escritos.unam.mx>>. Acesso em: Maio 2017. (Data da publicação não divulgada).

\_\_\_\_\_. Plusvalía extraordinaria y acumulación de capital. In: **Cuadernos Políticos**, México: Ediciones Era, n. 20, p. 18-39, 1979.

\_\_\_\_\_. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI, 1974.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e revolução**. Tradução de Fernando Correa Prado e Marina Machado Gouvêa. Florianópolis: Insular; Instituto de Estudos Latino-Americanos (IELA), 2012b. Coleção Pátria Grande.

MOTA FILHO, A. V. B. Breve análise da teoria do subimperialismo brasileiro. **Cadernos CERU**, série 2, v. 28, n. 2, dez. 2017.

SANTOS, T. **Dependencia y cambio social**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo y dependencia**. México: Ediciones Era, 1978.

SILVA, H. C. M. da. Deterioração dos termos de intercâmbio, substituição de importações, industrialização e substituição de exportações: a política de comércio exterior brasileira de 1945 a 1979. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n. 1, p. 39-65, 2003.

SOUZA, C. L. S. Cooperação antagônica e a dupla articulação dependente: a dinâmica da luta de classes no Brasil. **Temporalis**, Brasília, ano 17, n. 34, jul./dez.2017.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. 1. reimp. São Paulo: Expressão Popular, 2007.